

Operação Compliance Zero

Alejandro Zambrana/STF



Para observadores, as articulações de Fachin vão na direção de uma saída para a crise e que o STF mergulhou por causa do conflito que opõe Moraes e Mendonça

Fachin manda tirar sigilo do Master

Determinação a Mendonça diz para preservar “o que diga respeito a diligências cujo sigilo seja imprescindível”. Ministro fez reuniões em busca de consenso

» PEDRO JOSÉ BORGES
» RENATO SOUZA

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, determinou, no fim da noite de ontem, ao ministro André Mendonça, que seja retirado o sigilo do Caso Master. A exceção, conforme consta no despacho, é para “o que diga respeito a diligências cujo sigilo seja imprescindível à realização da medida” — ou seja, para eventuais operações da Polícia Federal (PF) que estejam para ser levadas adiante.

A determinação de Fachin consta em breve despacho, em que afirma que a Petição 16.662 será debatida no Plenário na próxima semana. Ele ainda ordena que Mendonça “encaminhe, em HD próprio, à Presidência do STF e aos gabinetes dos demais ministros, todos os procedimentos contidos ou relacionados à Petição 15.556”.

Ontem, Fachin cancelou a sessão da tarde para se encontrar com os principais envolvidos na crise em que a Corte está mergulhada. Reuniu-se com os ministros Mendonça, Alexandre de Moraes e Dias Toffoli, além do procurador-geral da República, Paulo Gonet. O tema foi a sessão de terça-feira, cuja pauta de julgamentos inclui o pedido feito por Mendonça para que Moraes seja investigado por ligações com o ex-banqueiro Daniel Vrcaro.

Fachin tenta um consenso entre os ministros sobre o formato da sessão. Inicialmente, ele previu que ela seja realizada de forma presencial e aberta ao público, o que incluiria a transmissão pela tevê. Só que parte dos magistrados defende que a discussão seja a portas fechadas.

Também será decidido se a discussão será iniciada pelos aspectos formais do caso. O grupo ligado a Moraes — que incluiria os ministros Gilmar Mendes, Dias Toffoli e Flávio Dino — considera que haja arquivamento logo no início da sessão, uma vez que Mendonça não poderia ter pedido para a PF apurar fatos sobre um ministro sem antes ter submetido isso ao Plenário e sem o parecer dos demais integrantes da Corte. Para esse grupo, o atropelo do rito é suficientemente grave para tornar tal solicitação nula.

No caso de haver votação sobre o mérito — ou seja, se deve ou não ser aberto um procedimento contra Moraes —, é preciso decidir se o ministro terá direito a apresentar defesa em Plenário e se poderá ser acompanhado de um advogado. Fachin, porém, conversou com outros ministros por telefone. Gilmar, por exemplo, está na Itália, onde foi participar do casamento da filha do empresário Marcos Molina (controlador da Marfrig), às margens do

Lago Como, participa de um evento na Universidade de Turim. Ministros que estiveram com o presidente do STF garantem que ele está tranquilo e tem conduzido as conversas com calma.

Mais cedo, Moraes chegou a convocar a imprensa para realizar um pronunciamento, mas desistiu pouco depois. O recuo ocorreu para não dividir as atenções com a operação da PF, determinada por Dino, sobre a suspeita de que emendas parlamentares do deputado Mário Frias (PL-SP) tivessem sido ajudado no financiamento do filme *Dark Horse* — cinebiografia do ex-presidente Jair Bolsonaro.

De acordo com fontes na Corte, ele falaria sobre o Inquérito das Fake News, cuja relatoria Fachin avocou para si. Além disso, prestaria informações sobre o Caso Master e negaria qualquer espécie de envolvimento com Daniel Vrcaro. A citação ao ministro aparece em conversas identificadas pela PF no celular do ex-banqueiro, cujos sigilos foram retirados na semana passada por determinação de Mendonça.

Há, porém, a expectativa de que Moraes se pronuncie sobre o caso na segunda-feira.

Ordem na casa

A intervenção de Fachin para suspender decisões de ministros e puxar para si a relatoria do Inquérito das Fake News é vista por juristas e por um integrante do STF como positiva. A avaliação é de que o presidente colocou “ordem na casa” ao intervir, com o objetivo de restabelecer condições de deliberação na Corte e oferecer um encaminhamento concreto à crise.

Na última quarta-feira, Fachin tirou de Moraes da relatoria do inquérito, aberto há sete anos — fora designado relator do caso pelo então presidente do Tribunal, Dias Toffoli, por meio de uma portaria editada em 2019. A investigação foi aberta de ofício por Toffoli para investigar ataques à Corte e aos ministros. Porém, as ações penais, com denúncias já aceitas pelo STF, permanecem sob a condução de Moraes.

Além disso, Fachin também derrubou as liminares proferidas por Mendonça e Dino que, respectivamente, determinavam o afastamento do diretor-geral da Polícia Federal (PF) Andrei Rodrigues e a sua reintegração ao cargo. Um ministro do Supremo avaliou que as medidas não resolvem a crise na Corte, mas apresentam um “início” e já têm “ganhos institucionais”. (Com Agência Estado)

SEGURANÇA PARA O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL

O Brasil vive um momento decisivo com o avanço da PEC 18/25 e do PL 2646/25, que tratam sobre o crime organizado que hoje atua também por meio de fraudes e infiltração em setores estratégicos como combustíveis e GLP.

15 • SETEMBRO
A PARTIR DAS 9H30

Auditório do Correio Braziliense

INSCRIÇÕES GRATUITAS

Acompanhe o evento presencialmente



CONFIRMADOS:



Lincoln Gakiya
promotor de Justiça do Ministério Público de São Paulo (GAECO)



Alberto Fraga
deputado federal



Pietro Adamo Sampaio Mendes
diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)



Marivaldo Pereira
candidato a deputado federal



Leandro Piquet Carneiro
professor da USP e coordenador da Escola de Segurança



João Henrique Martins
cientista político



Emerson Kapaz
presidente do Instituto Combustível Legal (ICL)



Sergio Bandeira de Mello
presidente do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de GLP (Sindigás)



Jesualdo Silva
diretor-presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP)



Rodrigo Saraiva Marinho
diretor-executivo do Instituto Livre Mercado

» Audiência sobre emendas

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), convocou para 22 de setembro uma audiência pública para discutir a responsabilização de parlamentares em caso de irregularidades na execução de emendas. A audiência foi marcada no âmbito de ação movida pelo Solidariedade. A legenda sustenta que os parlamentares passaram a ter maior poder na destinação dos recursos públicos sem se submeter ao mesmo regime de controle que incide sobre os agentes públicos ordenadores de despesas. Ou seja, segundo o partido, deputados e senadores têm o “bônus” de indicar as emendas sem o “ônus” de prestar contas. No caso de crimes de improbidade administrativa no Executivo, os ordenadores de despesas podem ser condenados à inelegibilidade e ter seus direitos políticos suspensos.

SindiGas

Instituto Combustível Legal

LIVRE MERCADO

CORREIO BRAZILIENSE

CB Brands